

Arqueologia não

memória de lisboa

Um hospital quinhentista destruído por um terramoto, um mosteiro medieval submerso por um rio e uma antiga casa da alfândega do século XIV.

Três casos diferentes, recuperados pela arqueologia urbana. Três casos diferentes de preservação do património. O primeiro, as ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos, encontradas em plena Praça da Figueira, em Lisboa, não vão sobreviver ao negócio de um parque de estacionamento subterrâneo. Os outros, Igreja de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra e a Casa do Infante, no Porto, são hoje exemplos positivos do que pode ser feito em arqueologia urbana. Por: Rosa Amaral

Por baixo das cidades descansam outras mil cidades. A arqueologia urbana tem a chave desse passado feito de pedras e memórias. Uma missão difícil. É a velha luta entre o passado e o futuro, a História e o progresso, a memória e o vazio. Uma luta desigual e muitas vezes impotente. É o

carro, como se arrasa parte da história da cidade, para ali se guardarem veículos. Uma obra polémica e estranhamente rodeada do maior segredo.

"O maior problema deste tipo de arqueologia urbana é mexer com toda a estrutura de uma cidade", diz Ana Cristina Leite, directora do Museu da Cidade e responsável pelo Serviço de Arqueologia da Divisão da Câmara Municipal de Lisboa. "Não podemos mandar as pessoas embora nem deitar as suas casas abaixo".

Aliás, grande parte das intervenções dos arqueólogos deste serviço estão ligadas a situações de emergência. Sempre que se mexe no subsolo do centro histórico de Lisboa, seja para fazer condutas de gás, esgotos ou instalações eléctricas, os arqueólogos são chamados a intervir. Como está a acontecer neste momento na Praça da Figueira, com as escavações a decorrerem a contra-relógio enquanto não se iniciam as obras de construção do parque de estacionamento subterrâneo. Tal como já se tinha registado com as obras no Largo Camões, na Praça do Município ou no Martim Moniz. Mas enquanto no Largo Camões e na Praça do Município os arqueólogos puderam seguir as obras quase desde o seu início, a P&C soube que, no caso do Martim Moniz, quando a equipa de arqueólogos chegou ao local já mais de metade da área estava completamente destruída.

Com a Praça da Figueira, o caso é diferente.

Isto porque oficialmente nada se sabe. O resultado das escavações arqueológicas permanece no segredo dos deu-



Já foi possível recuperar parte da antiga calçada. Os Arqueólogos estão agora a centrar a sua atenção em algumas construções medievais encontradas por debaixo das fundações do Hospital.

caso das ruínas do Hospital Real de Todos-os-Santos, em plena Praça da Figueira, condenadas à destruição por um parque de estacionamento subterrâneo. Numa altura em que todas as cidades civilizadas do mundo afastam os automóveis dos seus centros históricos, em Lisboa não só se convidam as pessoas a irem para a zona histórica de

consegue salvar



A equipa de Arqueologia da Câmara de Lisboa luta contra o tempo, para encontrar o maior número possível de vestígios do antigo Hospital e recuperar parte da História de Lisboa.



Histórias de um hospital

Mandado erguer por D. João II e concluído no reinado de D. Manuel, o Hospital Real de Todos-os-Santos foi considerado um dos melhores e mais importantes hospitais de toda a Europa. Construído numa antiga horta do Convento de S. Domingos, situada entre o Rossio, o Poço do Borratem e a rua da Betesga, o Hospital Real de Todos-os-Santos deve a sua fama não só ao seu tamanho, uma verdadeira fortaleza, como às regras sanitárias que ali vigoravam, uma novidade numa Europa ainda pouco sensibilizada para estas questões da higiene.

Mas quis o destino que o Hospital fosse perseguido pelo azar: atacado duas vezes por incêndios e muito danificado com o terramoto de 1755. Acabou por ser mandado demolido pelo Marquês de Pombal, aquando da reconstrução de Lisboa. Quinhentos anos depois, o que resta das suas ruínas vão ser destruídas em troca de um parque de estacionamento.

ses e fazer uma reportagem no interior do estaleiro revela-se uma tarefa inglória. Ainda recentemente o jornal "Público" publicou uma notícia denunciando a situação e revelando que esperava há mais de um mês autorização para falar com os arqueólogos de obra, deixando no ar a pergunta: "Porque é que na Câmara de Lisboa ninguém quer falar sobre este assunto?".

A P&C soube que, por debaixo da estrutura do antigo Hospital Real de Todos-os-Santos, foram já descobertos alguns vestígios de construções medievais, incluindo sepulturas, e que o espólio recolhido é de muito boa qualidade. Uma informação que, segundo fontes seguras, "nunca será posta a circular pois, apesar de não pôr em causa a construção do parque de estacionamento - um projecto que a Câmara de Lisboa pretende levar até ao fim - poderá atrasar as obras e um negócio excelente que a autarquia não quer perder".

Na sua conversa com a P&C, Ana Cristina Leite explicou que estas obras do parque de estacionamento da Praça da Figueira estão incluídas no nível I de intervenção do PDM, logo, com a obrigatoriedade de um acompanhamento por parte dos arqueólogos. O que foi feito desde o início, garante.

Aliás, todos os especialistas envolvidos neste projecto sabiam o que iria ser encontrado quando se iniciassem as escavações. Nos anos 60, com as primeiras obras do Metropolitano, começaram a aparecer os primeiros vestígios do Hospital Real de Todos-os-Santos. Primeiro, pequenos fragmentos de vasilhas, depois, pedaços de paredes, até que, finalmente, surgiram as ruínas do Hospital.

Historiadores e arqueólogos começaram a perceber a dimensão da descoberta e conseguiram convencer a Câmara de Lisboa e a administração do Metropolitano a suspenderem as obras até que uma equipa pudesse não só salvar alguns materiais como também estudar mais profundamente as ruínas do monumento.

Depois de negociações difíceis, chegou-se finalmente a um acordo que convinha às duas partes: ficou assente que os trabalhos de escavação seriam suspensos por um período de um mês. E que autarquia pagaria ao Metropolitano uma indemnização de sete mil contos.

Uma equipa começou então, nesta ocasião, a trabalhar no terreno. Dirigido por Irisalva Moita, Conservadora dos Museus Municipais e bolsista do antigo Instituto de Alta Cultura, este grupo de arqueólogos levou a cabo um trabalho pioneiro. Para muitos, o primeiro no âmbito da arqueologia urbana que se realizou em Portugal.

Foi um trabalho intenso. Os achados revelavam-se cada vez mais importantes e cada nova descoberta era divulgada pela Comunicação Social e levava até aos tapumes da Praça da Figueira muitos lisboetas interessados nas escavações. Quando finalmente se esgotou o prazo - que a equipa conseguiu protelar por mais alguns dias - ficou

10

Um ex-libris em Coimbra



Mas nem todos os trabalhos de arqueologia urbana são tratados como segredos de Estado. Em Coimbra, as escavações arqueológicas na Igreja de Santa Clara-a-Velha puseram a descoberto, em 1995, um claustro gótico e outros tesouros que duran-

te séculos estiveram submersos pelas águas do rio Mondego. Um achado logo divulgado pela Comunicação Social e que se tornou num motivo de orgulho para todos os cidadãos de Coimbra e deu à cidade um novo ex-libris.

Considerada pelo Instituto Português do Património Arquitectónico, entidade responsável pelos trabalhos, "como uma das mais importantes revelações no quadro da arqueologia medieval", foi decidido dar prioridade máxima aos trabalhos e à divulgação regular dos seus resultados.

Neste caso, a polémica que existiu à sua volta foi apenas de carácter científico. Em determinada altura começaram a existir dúvidas sobre qual a melhor hipótese de conservação de tudo o que tinha sido posto a descoberto: deixar os achados submersos ou encontrar uma forma de retirar permanentemente a água do local, o que implicaria um investimento avultado. Com o apoio do Ministério da Cultura, optou-se por esta última solução.

Neste momento, está a decorrer um concurso público para a adjudicação de uma "ensecadeira", uma obra que permita manter em ambiente seco o mosteiro e as ruínas arqueológicas.

Casa do Infante

- um caso especial



Um outro caso especial de arqueologia urbana foram os importantes trabalhos na Casa do Infante, na encosta ribeirinha do Porto. Um projecto de investigação promovido pela autarquia aquando das obras do Arquivo Histórico Municipal instalado naquele edifício, que a História diz ter sido a antiga casa da Alfândega, da Moeda e, possivelmente da Contadoria da Fazenda da cidade do Porto. E que o povo garante ser o local de nascimento do Infante D. Henrique.

Os trabalhos começaram em 1991 e prolongaram-se até 1994, ano das comemorações do sexto centenário do nascimento do Infante

D. Henrique que contaram com o apoio não só da Comissão Nacional dos Descobrimientos Portugueses como, também, da Fundação Calouste Gulbenkian.

O espólio encontrado surpreendeu até os próprios arqueólogos. Cerâmicas de várias épocas e diferentes proveniências, selos de chumbo, moedas, objectos de vidro e até uma ponta em sílex da Idade do Bronze. Uma das descobertas mais surpreendentes foi a de um mosaico romano com desenhos muito parecidos com os encontrados em Conímbriga. As escavações puseram ainda a descoberto as estruturas do edifício, um achado fundamental que permitiu aos arqueólogos reconstituírem a arquitectura original do velho edifício e as alterações que foi tendo ao longo dos séculos. Estes trabalhos foram sendo acompanhados por visitas guiadas e exposições das peças que iam sendo encontradas. O facto de as escavações se limitarem a uma área restrita, facilitou o trabalho dos arqueólogos.

Todos os achados foram registados em plantas e os materiais amovíveis levados para um depósito municipal. O objectivo era o de, num futuro próximo, se puder reconstruir as ruínas em local apropriado, na área do Museu da cidade. Quando as obras do Metropolitano recomeçaram, no mesmo local foi descoberto um cemitério da época romana, cujos trabalhos de salvamento também foram acompanhados pela equipa de arqueólogos, até a Câmara de Lisboa desistir do projecto ficando o achado à responsabilidade da antiga Junta de Educação Nacional.

Segundo Irisalva Moita escreve no catálogo da exposição do 500 anos do Hospital Real de Todos-os-Santos, a sua equipa nunca abandonou a esperança de continuar as escavações pela área da Praça da Figueira que não foi atingida pelas obras do Metropolitano, "para pôr a descoberto as ruínas de todo o Hospital ou, pelo menos de grande parte do mesmo - já que parte dessas ruínas estendem-se por baixo da Rua da Betesga, atingindo, possivelmente, o subsolo dos prédios que têm frontaria para essa rua - escavações que não foram consideradas oportunas, por dificuldades levantadas pelos serviços".

Quarenta anos depois, os arqueólogos puderam finalmente voltar ao local. Mas desta vez, ironicamente, para escavarem e estudarem pela última vez o que restou de um dos maiores e mais importantes tarde-medievais hospitais não só de Portugal, mas de toda a Europa.

Lado a lado com as máquinas, esta equipa de arqueólogos luta contra o tempo, divididos entre as descobertas fantásticas que todos os dias vão fazendo e o seu "patrão", a Câmara de Lisboa, que, dentro de semanas, vai promover a destruição de todos esses vestígios e autorizar a construção do parque de estacionamento.

Sem nunca pôr em causa a competência técnica destes arqueólogos, lança-se a questão sobre a independência técnico-científica destes profissionais cujo dono da obra é simultaneamente o seu patrão, uma vez que são funcionários da Câmara de Lisboa. E uma pergunta fica no ar: porque é que neste tipo de obras, em que autarquia é uma das partes interessadas, não seria melhor contratar equipas de arqueólogos independentes, dirigidas talvez pelo Instituto Português de Arqueologia?

Cinco anos após o Governo ter decidido suspender uma barragem para salvar as gravuras rupestres de Foz Côa, uma decisão histórica que mudou para sempre a importância da arqueologia em Portugal, ainda muito está por fazer na área da protecção e salvaguarda do nosso património. As escavações na Praça da Figueira são a prova disso.

Um hospital quinhentista destruído por um terramoto, um mosteiro medieval submerso por um rio e uma antiga casa da alfândega do século XIV. Três casos diferentes, recuperados pelas mãos dos arqueólogos. Pedacos das velhas cidades que vivem por debaixo das nossas. E que resistem a tudo. Até às catástrofes mais terríveis e ao correr dos séculos. A tudo, menos aos interesses exclusivamente económicos dos homens.



escavado e estudado apenas uma parte do que teria sido o Hospital Real de Todos-os-Santos.

De qualquer forma, os arqueólogos conseguiram pôr então a descoberto não só as ruínas da ermida de Nossa Senhora do Amparo, como também, as enfermarias dos enterrados e incuráveis, um claustro, grande parte das

ruínas do piso térreo para, além de um conjunto de compartimentos não identificáveis. Foram ainda descobertos as bases de três pilares da arcaria do Hospital, no seu assento primitivo e em sequência. Um segmento destes arcos ainda hoje pode ser visto no interior uma loja de roupa de crianças, no Rossio.

Recorte de parte da notícia, na qual se denuncia a dificuldade em falar com os arqueólogos da obra.